

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2011-10580**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2011**

**OBJETO:** Fornecimento e instalação de servidores de rede.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Superintendência Administrativa - Financeira (SAD)  
Gerência de Licitações e Contratos (GAL)  
Gerência de Tecnologia (GST).

**TIPO DE LICITAÇÃO:** **MENOR PREÇO.**

**HORÁRIO:** (de Brasília)

- Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até as 11h00min do dia 15/12/2011.
- Abertura da sessão: a partir das 11h00min do dia 15/12/2011.

**LOCAL:** <http://www.comprasnet.gov.br>

**REGULAMENTAÇÃO BÁSICA:** Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e suas alterações posteriores; Decreto nº 5.450, de 31/05/2005; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21/07/1995, e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 09/01/2001; Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; Decreto nº 6.204/07, de 05/09/2007; Instrução Normativa nº 02 do MPOG, de 30/04/2008 (subsidiariamente); Instrução Normativa Nº 04 da SLTI / MPOG, de 12/11/ 2010.

**EDITAL**

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA/CVM/PTE/Nº 107, de 01/11/2011**, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 25/2011**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, dispostos a seguir:

- **Anexo I** - Minuta de Contrato;
- **Anexo II** - Modelo de Apresentação de Proposta e Planilha de Preços;
- **Anexo III** - Declaração consoante o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- **Anexo IV** - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 25/2011.

## 1 - DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o fornecimento e instalação de servidores de rede, de acordo com as especificações constantes do **Termo de Referência, Anexo IV** deste Edital, em especial de seu item 4 - **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (REQUISITOS DA SOLUÇÃO)**.
- 1.2 O objeto será dividido em dois itens, conforme descrições e valores estimados constantes do quadro a seguir:

Item	Descrição	Valor Unitário	Qtde.	Valor Total
1	Servidor – perfil genérico	R\$ 55.453,23	12	R\$ 665.438,72
2	Servidor de Banco de Dados	R\$ 65.397,30	4	R\$ 261.589,22

## 2 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/INSTALAÇÃO

- 2.1 - A entrega dos equipamentos deverá ser efetuada no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato decorrente deste Pregão, no seguinte endereço:

SERPRO Regional Rio de Janeiro - RJ  
Endereço: Rua Pacheco Leão, n.º 1.235 Fundos - Jardim Botânico  
CEP: 22460-905  
Telefone: (21) 2159 3300/2506 4609 / Fax: (21) 2529 3550  
C.N.P.J.: 33.683.111/0008-75

- 2.2 - A instalação e a configuração dos servidores deverão ser realizadas no prazo máximo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir da data de entrega dos equipamentos.
- 2.3 - Os equipamentos adquiridos serão recebidos pela CVM:
- 2.3.1 - **Provisoriamente**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência, Anexo IV** deste Edital.
- 2.3.2 - **Definitivamente**, até **02 (dois) dias úteis** após a conclusão da instalação e a verificação detalhada das características dos equipamentos, incluindo a pertinente aceitação pela Gerência de Tecnologia da CVM (GST).

**OBSERVAÇÃO:** O **recebimento definitivo** dos equipamentos será oficializado através da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** a ser elaborado pela Gerência de Tecnologia da **CVM (GST)**, que também será responsável pela nomeação de comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, para sua assinatura. Fica desde já estabelecido que a emissão do referido Termo não exime a licitante de qualquer reclamação posterior quanto a defeitos ou inconformidades que venham a ser verificadas nos produtos fornecidos.

- 2.4 - Será exigida comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada

no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa. (Art. 3º, Inciso III, do Decreto nº 7.174/2010)

### 3 - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 - Poderão participar deste certame empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado devidamente identificadas por sua chave de identificação e senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico.
- 3.2 - Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.3 - Estará impedida de participar da presente licitação:
- Empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que esteja em gozo de benefício da concordata ou que tenha requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
  - Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
  - Empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
  - Empresa constituída em forma de consórcio;
  - Empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
  - Empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar.
- 3.4 - O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição, bem como alvo da liquidação da despesa.
- 3.5 - A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos** (art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 3.6 - Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

### 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

- 4.2 - O credenciamento da licitante **dependerá de registro cadastral atualizado** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.4 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 - A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a descrição do objeto ofertado e o preço, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.2 - O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.3 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.4 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).
- 5.5 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13, inciso IV, Decreto nº 5.450/05).
- 5.6 - A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo estabelecido neste Pregão, sua respectiva proposta de preços por escrito, que deverá:
- I- Ser impressa em papel timbrado ou com aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa, não conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, ter suas páginas numeradas e ser emitida em linguagem clara e objetiva, que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado;
  - II- Conter a data de emissão, bem como ser assinada na última folha e rubricada nas demais;

- III- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias consecutivos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05).
  - IV- Conter o **último preço ofertado** relativo ao objeto, informando o **Preço Total** e o **Preço de cada Item cotado**, separadamente, incluindo todas as despesas legais ou adicionais previstas neste Edital, em reais (em algarismo e por extenso).
  - V- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.
  - VI- Conter marca, modelo, especificação técnica e prazo de entrega e instalação, além de prazo de garantia conforme especificações constantes do Termo de Referência;
- 5.7 - A proposta escrita poderá ser enviada para o **Fax nº (21) 3554-8475** (e posteriormente ser entregue na Gerência de Licitações e Contratos (GAL) à Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, CEP: 20050-901 - Centro - Rio de Janeiro).
- 5.8 - Não serão consideradas propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitar às especificações deste Edital.
- 5.9 - O valor estimado para a aquisição consta do **Termo de Referência, Anexo IV** do presente Edital.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 - A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.3 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR TOTAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 6.4 - No que se refere aos lances, os licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.6 - Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

- 6.8 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.9 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 6.12 - O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 6.13- Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.13.1 - O percentual de 5% (cinco por cento) será aferido na comparação de valor global por item ofertado, decorrente da aplicação do preço proposto.
- 6.13.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com preço necessariamente inferior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste certame.
- 6.13.3 - Não sendo vencedora, a pequena empresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem no caput (6.13), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.13.4 - No caso de equivalências dos preços apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final do desempate

6.13.5 - Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos nesta condição, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente melhor classificada.

6.14 - Após os procedimentos previstos no item 6.13, será definida, se for o caso, nova ordem de classificação dos licitantes, a fim de se conceder o direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 12/05/2010.

6.14.1 – Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem: (Art. 5º, caput, do Decreto nº 7.174/2010)

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

6.14.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do subitem 6.14.1 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso. (Art. 5º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.174/2010)

6.14.2 – O exercício do direito de preferência disposto no subitem 6.14.1 será concedido, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente: (Art. 8º do Decreto nº 7.174/2010)

a) aplicação das regras de preferência previstas no subitem 6.14.1, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência; (Art. 8º, Inciso II, do Decreto nº 7.174/2010)

b) convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I do subitem 6.14.1, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame; (Art. 8º, Inciso III, do Decreto nº 7.174/2010)

c) Caso a preferência não seja exercida na forma da alínea “b”, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do subitem 6.14.1, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 6.14.1, caso esse direito não seja exercido. (Art. 8º, Inciso IV, do Decreto nº 7.174/2010)

6.14.2.1 - Após convocada por meio de mensagem automática do sistema do Comprasnet, a empresa poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com preço necessariamente inferior àquele apresentado pela primeira colocada, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

6.14.3 – A comprovação do atendimento ao PPB ou aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006. (Art. 7º, Caput, do Decreto nº 7.174/2010)

6.14.3.1 – A comprovação será feita: (Art. 7º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.174/2010)

I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, mediante solicitação da licitante.

6.14.3.2 - Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidos pela própria licitante ou pelo fabricante.

6.14.4 – Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002. Neste caso, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico. (Art. 8º, Inciso V, do Decreto nº 7.174/2010)

6.15 - Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1 - Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).



- 7.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº10.520, de 17/07/2002).
- 7.3 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento e as especificações definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.4 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## 8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1 - Sendo aceitável a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, a respectiva licitante deverá comprovar imediatamente, conforme solicitação do Pregoeiro via sistema/*chat*, que cumpre todas as exigências de habilitação previstas neste Edital (Item 8.2), devendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento **IMEDIATO** da documentação habilitatória para o **Fax** (21) 3554-8475 ou através de e-mail ([pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br)), com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 8.2 - As licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
- 8.2.1- Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, **com habilitação em todos os níveis**. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3554-8475**, de documentos que comprovem a regularidade fiscal, observado o estabelecido no §1º do Artigo 4º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.
- 8.2.1.1 - As seguintes exigências, relativas à qualificação econômico-financeira, também deverão ser atendidas pelas licitantes:
- a) Comprovação da situação financeira da licitante constatada mediante a obtenção de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais a 1(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “**on line**” junto ao SICAF, onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b) Comprovação de a licitante ser dotada de capital social, devidamente integralizado, ou patrimônio líquido igual ou superior a 10%(dez por cento) do valor proposto. A comprovação será feita, obrigatoriamente, através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, conforme disposto no Artigo 31, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, ou ainda, apurados mediante consulta “*on line*” através do SICAF.

8.2.2 - Apresentar original ou cópia autenticada de **1 (um) atestado de desempenho**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante forneceu, sem qualquer restrição, objeto de natureza semelhante ao ora licitado (atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). Preferencialmente, o atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. Tal atestado poderá ser enviado através do Fax (21) 3554-8475 com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

8.2.3 - Apresentação da **Proposta de Preços**, conforme **Anexo II** do presente Edital. Tal documento poderá ser enviado através do Fax (21) 3554-8475 com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

8.2.4 - Apresentar **declaração** de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo fornecido pela CVM (art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05), **Anexo III** deste Edital. Tal declaração poderá ser enviada através do Fax (21) 3554-

8475 com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.2.5 - Apresentar certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos (Art. 3º do Decreto nº 7.174/2010):

a) segurança para o usuário e instalações;

b) compatibilidade eletromagnética; e

c) consumo de energia;

8.3 - Nos casos das microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar 123/2006).

8.3.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.5 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).

8.6 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## **9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

9.1 - Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no

endereço [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br) (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05). O prazo de três dias úteis anteriormente referido não inclui o dia exato da abertura, encerrando-se necessariamente no dia útil anterior.

- 9.2 - Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). Os pedidos de impugnação deverão ser encaminhados, via internet, para os endereços [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br). O prazo de dois dias úteis anteriormente referido não inclui o dia exato da abertura, encerrando-se necessariamente no dia útil anterior.
- 9.3 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

## 10. DO RECURSO

- 10.1 - A manifestação de interpor recurso, por item, será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.
- 10.2 - As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.3 - A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de **recurso** e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.4 - As demais **licitantes** poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 10.2 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 10.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).
- 10.7 - É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.
- 10.8 - Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por Fax.

## **11. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas correrão à conta do Elemento de Despesa 449052 – Programa de Trabalho 04.126.0778.2210.0001.

## **12. DO CONTRATO**

12.1 - O período de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

12.2 - Independentemente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:

- a) a proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
- b) o presente Edital e seus anexos;
- c) a Nota de Empenho correspondente.

12.3 - A adjudicada deverá assinar o contrato em até 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

12.4 - Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

12.5 - Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a possibilidade de negociação (art. 27, § 3º do Decreto nº 5450/05).

12.6 - Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no item.

## **13. DAS PENALIDADES**

13.1 - Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, ou não assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

13.2 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002).

13.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato acarretará à CONTRATADA, independentemente das sanções previstas no item 13.2, multa diária de 0,5%(meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

13.3.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86,§1º da Lei nº 8.666/93).

13.4- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

13.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. (art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/02).

13.6 - As penalidades previstas na Legislação serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais (art. 28, caput, e parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005).

## **14. DA RESCISÃO**

14.1 - A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2- A rescisão do contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

14.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, parágrafo único da Lei nº 8.666/93).

## 15. DO DIREITO DE PETIÇÃO

15.1 - Dos atos da Administração cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

15.2 - A intimação dos atos referidos no subitem 15.1, inciso I, alíneas “a” e “b” acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15.3 - A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15.4 - Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 28º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15.4.1 - Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de

responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15.5 - Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 - A relação entre a CONTRATADA e a CVM restringe-se ao alcance do objeto licitado, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.

16.2 - A CVM poderá, a seu critério exclusivo, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho (art. 65, § 1º, Lei nº 8666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

16.3 - O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (Art. 29 do Decreto nº 5.450/05).

16.4 - Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do compromisso assumido (Art. 29, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 5.450/05).

16.5 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

16.6 - O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

16.7 - Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:

- (a) de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;
- (b) juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no subitem 16.8.



- 16.8 - É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos, manuais, de forma a verificar a ocorrência de ajustes dimensionais, sem que se descaracterize o objeto licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 16.9 - Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 16.10 A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 16.11 Os esclarecimentos referentes ao presente Edital serão fornecidos pela Gerência de Licitações e Contratos da CVM.
- 16.12 Os esclarecimentos prestados a qualquer um dos proponentes ficarão à disposição dos demais interessados até as 16h00min do dia anterior ao previsto para a realização da sessão.
- 16.13 As dúvidas quanto à interpretação dos termos do presente Edital deverão ser encaminhadas e apontadas à CVM, através do respectivo pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (Art. 19, do Decreto 5.450/05).
- 16.14 Qualquer modificação no Edital será divulgado no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Art. 20, do Decreto 5.450/05).
- 16.15 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 16.16 Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 16.17 Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal.
- 16.18 Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

- 16.19 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2011.

Andrícia Bevace  
*Gerente de Licitações e Contratos*

# **ANEXO I**

## **MINUTA DE CONTRATO**



CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ /11

**MINUTA DE CONTRATO PARA  
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE  
SERVIDORES DE REDE QUE ENTRE SI FAZEM  
A CVM - COMISSÃO DE VALORES  
MOBILIÁRIOS**

.....

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 - 28º andar - Centro - Rio de Janeiro (CEP: 20.050-901), inscrita no CNPJ sob o nº 29.507.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE/nº 118, de 15 de dezembro de 1992, pelo Superintendente Administrativo-Financeiro, Sr. Hamilton Leal Braz, doravante denominada **CVM**, e ....., estabelecida à ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo ....., têm justo e acordado o presente contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas do MARE nº 05/95 e do MPOG nº 02/2008, e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas e do qual ficam fazendo parte para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a) Processo de Compras nº RJ-2011-10580 – Pregão Eletrônico nº 25/2011;
- b) Proposta da CONTRATADA, emitida em .....
- c) Nota de Empenho – 2011NE.....

### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de servidores de rede.

### **Cláusula Segunda – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

2.1 – Os Servidores a ser fornecidos pela CONTRATADA terão as seguintes especificações:

Item	Qtde.	Marca	Modelo

2.2 - A entrega dos equipamentos deverá ser efetuada no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato decorrente deste Pregão, no seguinte endereço:

SERPRO Regional Rio de Janeiro - RJ  
Endereço: Rua Pacheco Leão, n.º 1.235 Fundos - Jardim Botânico  
CEP: 22460-905  
Telefone: (21) 2159 3300/2506 4609 / Fax: (21) 2529 3550  
C.N.P.J.: 33.683.111/0008-75

2.3 - A instalação e a configuração dos servidores deverão ser realizadas no prazo máximo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir da data de entrega dos equipamentos.

2.4 - Os equipamentos adquiridos serão recebidos pela CVM:

- 2.3.1 - **Provisoriamente**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência, Anexo IV** do Instrumento Convocatório.
- 2.3.2 - **Definitivamente**, até **02 (dois) dias úteis** após a conclusão da instalação e a verificação detalhada das características dos equipamentos, incluindo a pertinente aceitação pela Gerência de Tecnologia da CVM (GST).

**OBSERVAÇÃO:** O **recebimento definitivo** dos equipamentos será oficializado através da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** a ser elaborado pela Gerência de Tecnologia da CVM (GST), que também será responsável pela nomeação de comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, para sua assinatura. Fica desde já estabelecido que a emissão do referido Termo não exime a licitante de qualquer reclamação posterior quanto a defeitos ou inconformidades que venham a ser verificadas nos produtos fornecidos.

- 2.5 - Os equipamentos terão **garantia de XX (XXX) anos**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.
- 2.5.1 - Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prover suporte e manutenção no local de instalação (on site), bem como atualização do software instalado;
- 2.5.2 - Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar correção para a CVM caso a última atualização dos produtos de software apresente problemas ao uso até 30 dias após sua instalação, mesmo após o encerramento do contrato;
- 2.5.3 - Em relação ao suporte, o tempo de resolução máximo deverá ser de 2 horas para resposta e 8 horas para resolução, a partir da abertura do chamado, com disponibilidade todos os dias, 24 horas por dia.

### Cláusula Terceira - DO PREÇO

- 3.1 A CVM pagará à Contratada pelo objeto especificado na **Cláusula Segunda** o valor unitário de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### Cláusula Quarta – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 4.1- O pagamento das Notas Fiscais/Faturas será realizado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a sua apresentação, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecer em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a Contratada ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Contrato. As Notas Fiscais deverão ser endereçadas à Sede da CVM – Gerência de Tecnologia (GST), à Rua Sete de Setembro, 111/29º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.
- 4.2 - Após a verificação correspondente ao fornecimento do objeto, o Fiscal do Contrato providenciará o encaminhamento das Notas Fiscais já atestadas à Gerência de

Contabilidade e Finanças (GAF), para fins de liquidação da despesa e pagamento respectivo.

- 4.3 - A ocorrência de qualquer incorreção na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, será devidamente comunicada à Contratada pelo FISCAL do Contrato que providenciará a devolução dos documentos correspondentes, ficando o respectivo pagamento pendente até que sejam providenciadas, pela Contratada, as medidas saneadoras.
- 4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 4.5 - A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem **4.1** passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 4.6 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.
- 4.7 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, serão calculados por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

#### **Cláusula Quinta - DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1 As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa \_\_\_\_\_ – Programa de Trabalho \_\_\_\_\_, Nota de Empenho nº 2011NEXXXXXXX.

#### **Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1 A CONTRATADA se obriga a, além das responsabilidades resultantes da Lei 8.666/93:
- a) Fornecer por sua conta e responsabilidade os bens, produtos e serviços conforme as especificações, níveis de qualidade e prazos contratados, e assim mantê-los por todo o período de garantia;
  - b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
  - c) Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes do Contrato;
  - d) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93);
  - e) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação, assinando o Termo de Compromisso correspondente quando da celebração do contrato e cobrando sua ciência e observância a todos os seus colaboradores envolvidos nos serviços prestados, mediante assinatura de Termo de Ciência. Ambos os documentos deverão estar em conformidade com o disposto na Instrução Normativa Nº04, de 12 de novembro de 2010, da SLTI;
  - f) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
  - g) Manter os técnicos responsáveis pela prestação dos serviços devidamente identificados por crachás quando em trabalho nas instalações da CVM;
  - h) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
  - i) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados em serviço, ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
  - j) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;



- k) Participar das reuniões convocadas pelos responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo que, na primeira delas, deverá indicar o preposto e entregar, assinados, o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência referidos na alínea “e” deste item;
- l) Instalar, configurar e testar os bens e produtos – hardware e software – ofertados, no Centro de Dados da CVM ou de terceiro por ela indicado, assegurando que estejam em pleno funcionamento;
- m) indicar o banco, agência e número da conta corrente para efeito de pagamento;
- n) encaminhar, dentro do prazo estabelecido, todas as notas fiscais referentes ao objeto, sendo endereçadas ao fiscal do contrato estabelecido na cláusula 8.1. O não encaminhamento das notas fiscais por parte da Contratada configura descumprimento de obrigação contratual, não podendo, neste caso, ser efetuada a suspensão ou interrupção da prestação dos serviços sob a alegação de não pagamento por parte da CVM. As Notas Fiscais deverão ser endereçadas à Sede da CVM – Gerência de Tecnologia (GST), à Rua Sete de Setembro, 111/29º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ;
- o) informar a CVM sobre qualquer alteração em seu enquadramento fiscal para fins de retenção tributária, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de aplicação das sanções previstas no Artigo 87 da Lei nº 8666/93;

## **Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

### 7.1 A CVM se obriga a:

- a) Assegurar o acesso dos empregados da contratada ao ambiente de entrega, instalação e configuração dos bens fornecidos, bem como de execução da prestação dos serviços de assistência técnica em garantia;
- b) Prestar à contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à prestação dos serviços e ao fornecimento dos bens contratados, sempre que solicitada;
- c) Solicitar de imediato a pronta reparação ou substituição do objeto contratado, ou parte, que se apresente com defeito ou em desacordo com a especificação apresentada e aceita;
- d) Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato;
- e) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos previstos;
- f) Proporcionar à contratada as condições necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

## **Cláusula Oitava - DA FISCALIZAÇÃO**

- 8.1 A fiscalização do cumprimento das obrigações será exercida pelos titulares das funções abaixo discriminadas, concernentes ao presente CONTRATO, em

conformidade com o Art. 24 da Instrução Normativa nº 04/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG:

<b>FUNÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>Gestor do CONTRATO</b>	O Titular da GST
<b>Fiscal Técnico do CONTRATO</b>	Norton Gaeta (GST)
<b>Fiscal Administrativo do CONTRATO</b>	Servidor indicado pela SAD
<b>Fiscal Requisitante do CONTRATO</b>	O Titular da GST

- 8.2 A cada fiscal competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do CONTRATO, nos termos do Art. 25 e seus incisos e parágrafos, da Instrução Normativa IN04/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, e de tudo dar ciência diretamente à CONTRATADA, conforme art. 67, parágrafos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações. Para o caso de impedimento de qualquer servidor indicado para a função de Fiscal ou Gestor, será designado pela Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) um novo servidor como Fiscal/Gestor Substituto;
- 8.3 As faltas cometidas pela CONTRATADA deverão ser devidamente registradas no Processo pelo FISCAL do CONTRATO, que providenciará o envio de notificação à CONTRATADA informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O FISCAL deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação das sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;
- 8.4 Caberá à CONTRATADA o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo FISCAL ou por seu substituto;
- 8.5 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02);
- 8.6 A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento prestado em desacordo com a Proposta apresentada, e aprovada pela CVM.

#### **Cláusula Nona - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 9.1 O período de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **Cláusula Dez - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.1.1 As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 10.1, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

10.2.1 A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).

10.3 Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

### **Cláusula Onze – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 - A CONTRATADA deve apresentar à Administração do CONTRATANTE comprovante de prestação de garantia correspondente a percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas na legislação em vigor.

11.2 - Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da CONTRATADA, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.

11.3 - A Contratada terá sua garantia liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas.

11.4- O prazo para a efetivação da garantia exigida no item 11.1 será de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

**Cláusula Doze - DA RESCISÃO**

- 12.1 A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2 A rescisão do Contrato poderá ser:
- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
  - II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
  - III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

**Cláusula Treze - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

- 13.1 É vedado à CONTRATADA:
- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
  - b) ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da CVM;
  - c) interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CVM;
  - d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este Contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CVM.
- 13.2 A relação entre a CONTRATADA e a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica, isto é, os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CVM, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.
- 13.3 Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).
- 13.4 Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Licitações e Contratos, à luz da legislação vigente, ouvida a Procuradoria Jurídica da CVM.

E, por estarem de comum acordo com todas as Cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

**Processo nº RJ-2011-10580**

**Folha** \_\_\_\_\_

**Rubrica** \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro,                      de

de 2011.

Hamilton Leal Braz  
Superintendente Administrativo-Financeiro

Pela Contratada

## **ANEXO II**

### **MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E PLANILHA DE PREÇOS**

## MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Rio de Janeiro,.....de.....de 2011.

À  
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO Nº 25/2011**, cujo objeto é o fornecimento de Servidores.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO Nº 25/2011**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

**CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ**



\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

NOME :

CARGO:

RG :

C.P.F.:

**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2011-10580**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2011****ANEXO II****Modelo de Planilha de Preços**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca/Modelo</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Total (R\$)</b>



# **ANEXO III**

## **DECLARAÇÃO**

**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2011-10580**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2011**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

**Rio de Janeiro, de 2011.**

---

Carimbo e assinatura do representante legal da licitante

---

Razão Social da licitante e CNPJ

# **ANEXO IV**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2011-10580**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2011**

**ANEXO IV**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO</b>			
<p>Compra de 16 servidores, a serem instalados no datacenter contratado pela CVM no Serpro, sendo 4 deles com capacidade para alocação como bancos de dados.</p>			
<b>2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>			
<b>2.1 – RELAÇÃO DEMANDA X NECESSIDADE</b>			
<b>Id</b>	<b>Demanda Prevista</b>	<b>Quantitativo a ser Contratado</b>	
1	Servidores de finalidades gerais.	12	
2	Servidores de bancos de dados.	4	
<b>2.2 - MOTIVAÇÃO</b>			
<p>Os 16 servidores a serem adquiridos irão compor ambientes de Produção, Homologação e, em alguns casos, Desenvolvimento, para os novos sistemas da CVM, a saber: Novo Portal Internet CVM, Novo CVMWeb para Fundos Estruturados, Trâmite de Processos no Colegiado – TPC, Controle de Termos de Compromisso – CTC, solução de e-Learning, Novo Sistema de Registros de Ofertas Públicas e Novo Sistema Integrado de Arrecadação – SIARC.</p>			
<b>2.3 – RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS</b>			
<b>Id</b>	<b>Tipo</b>	<b>Resultado</b>	
1	Eficácia dos sistemas e segregação dos ambientes.	Disponibilidade de ambientes de Produção, Homologação e, em alguns casos, Desenvolvimento, para os novos sistemas da CVM, a saber: Novo Portal Internet CVM, Novo CVMWeb para Fundos Estruturados, Trâmite de Processos no Colegiado – TPC, Controle de Termos de Compromisso – CTC, solução de e-Learning, Novo Sistema de Registros de Ofertas Públicas e Novo Sistema Integrado de Arrecadação – SIARC, através de 12 servidores.	
2	Atomicidade, consistência, isolamento e durabilidade das transações, bem como integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados dos sistemas.	Disponibilidade de ambientes de Bancos de Dados para suportar os sistemas referidos, através de quatro servidores.	
...			
<b>2.4 – JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA</b>			
<b>Id</b>	<b>Necessidade</b>	<b>Benefício</b>	<b>Tipo</b>
1	Educar os Investidores, os Participantes do Mercado e os Reguladores;	Criação, na CVM, de uma cultura voltada à Internet;	Social
		Ampliação do programa educacional aos Investidores	Social

2	Fortalecer o policiamento do Mercado de Valores Mobiliários	Incrementar a fluidez, a precisão e o controle do trâmite de documentos no Colegiado;	Funcional
		Facilitar e dar transparência ao controle dos Termos de Compromisso;	Legal
3	Modernizar e fortalecer a CVM	Revisão da estrutura de financiamento da CVM – Incrementar o controle da receita da CVM;	Financeiro
4	Diminuir os custos do Sistema Regulatório	Registro eletrônico das Ofertas Públicas de Valores Mobiliários;	Funcional
		Especialização no registro de Operações Estruturadas;	Funcional
...			

### 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

<b>Descrição:</b>	16 servidores para rack, sendo que 4 deles com especificações dimensionadas para uso como bancos de dados.		
<b>Bens e Serviços:</b>	<b>Id</b>	<b>Bem / Serviço</b>	<b>Valor Estimado</b>
	1	12 servidores genéricos	R\$ 665.438,72
	2	4 servidores para bancos de dados	R\$ 261.589,22
		<b>Total</b>	<b>R\$ 927.027,94</b>

### 4 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (REQUISITOS DA SOLUÇÃO)

#### 4.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os servidores a serem comprados se destinam a manter e expandir a capacidade de computação no datacenter contratado da CVM, em resposta ao aumento de demandas internas e externas ocasionado pelos sete novos sistemas contratados pela CVM.

As 16 unidades de servidores estão subdivididas em dois perfis de uso:

- I. 12 unidades no perfil “genérico”, a serem utilizadas como servidores de arquivos, virtualização ou servidores web ou servidores de aplicações.
- II. 4 unidades no perfil “bancos de dados”, a serem utilizadas como servidores de bancos de dados.

#### 4.2 – REQUISITOS INTERNOS

##### 4.2.1 – Requisitos Internos Funcionais

Id	Requisito
1	<b>Funcional</b> – Proporcionar o ambiente necessário ao funcionamento dos sistemas descritos em 2.3.1.
2	<b>Funcional</b> – Proporcionar o ambiente necessário ao funcionamento das bases de dados descritas em 2.3.2.
3	<b>Evolução / Manutenção da solução</b> – Garantia on-site por 5 anos a partir da entrega dos equipamentos.
4	<b>Local de Entrega</b> – SERPRO – Rua Pacheco Leão, nº 1.235, Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ – CEP 22460-905, CNPJ 33.683.111/0008-75.

##### 4.2.2 – Requisitos Internos Não-Funcionais

<b>Id</b>	<b>Entrega</b>	<b>Prazo</b>
<b>1</b>	16 servidores	60 dias após a assinatura do contrato.
<b>2</b>	Serviços de assistência técnica e atualização de produtos de software em garantia	Até 5 anos após a assinatura do contrato.
<b>Id</b>	<b>Requisito</b>	
<b>1</b>	<b>Qualidade / Padronização / Compatibilidade / Desempenho – Unidades com perfil genérico</b>	
	<p>1 Processador:</p> <p>1.1 Uma ou mais unidades de processamento (processador), entendendo-se por um processador como um encapsulamento físico de componente e um soquete correspondente na placa do sistema;</p> <p>1.2 Linhas de processadores Intel XEON, AMD Opteron ou similar.</p> <p>1.3 No mínimo 4 núcleos por processador;</p> <p>1.4 Clock interno de no mínimo 2.4 GHz;</p> <p>1.5 Cache (até o L3) de no mínimo 8 Mb;</p> <p>1.6 O processador deve implementar os conjuntos de instruções de 32 bits (x86) e 64 bits (AMD64 ou EM64T);</p> <p>1.7 O processador deve implementar uma extensão de instruções para suporte à virtualização por hardware (AMD-V da AMD, VT-X da Intel ou similar);</p> <p>1.8 TDP (thermal design power) máximo de 100 W;</p> <p>2 Gabinete</p> <p>2.1 Dimensões: Servidor para rack com altura até 2U;</p> <p>2.2 Fontes de alimentação redundantes, removíveis com o sistema em funcionamento (hot-swap);</p> <p>2.3 Ventiladores de gabinete (coolers) redundantes e adequados para a refrigeração do sistema interno do servidor na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;</p> <p>2.4 02 (dois) cabos de energia fornecidos no padrão nacional (tomada NEMA 5-15P) e mais outros 02 (dois) fornecidos no padrão nacional (tomada C13/C14), todos com amperagem compatível com a potência do servidor;</p> <p>3 Memória RAM:</p> <p>3.1 Mínimo de 48 GB RAM, em módulos DDR3 com frequência de</p>	

1333 MHz;

- 3.2 O barramento de memória deve suportar a frequência de 1333 MHz;
- 3.3 No mínimo 12 slots para módulos de memória;
- 3.4 Expansível ao máximo de 192 GB;
- 3.5 A máquina deve ser entregue com a configuração de módulos de memória tal que a quantidade de slots vazios permita chegar à capacidade máxima citada no item anterior apenas com a inclusão de novos módulos, sem precisar trocar os módulos existentes.
- 4 Discos rígidos:
- 4.1. No mínimo (8) unidades SAS (Serial Attached SCSI) de no mínimo 450 GB cada uma ou (6) unidades SAS (Serial Attached SCSI) de no mínimo 600GB cada uma;
- 4.2. Cada disco deve velocidade de rotação de no mínimo 10.000 rpm;
- 4.3. Controlador RAID 0,1,5 e 10;
- 4.4. Taxa de transferência da controladora de discos mínima de 6 Gbit/s;
- 4.5. Cache de no mínimo 512 MB, não volátil ou alimentado por bateria;
- 4.6. As unidades de disco devem ser removíveis com o sistema em funcionamento (hot-swap);
- 5 Três slots PCI-E, sendo pelo menos um deles X8 (PCI-E X8) e os demais pelo menos X4 (PCI-E X4). Pelo menos um slot deve ser entregues vazio (disponível), sendo um destes PCI-E X8;
- 6 Pelo menos uma unidade ótica leitora de CD/DVD, com velocidades mínimas de 24x para CD e 8X para DVD;
- 7 Pelo menos um conector USB 2.0 livre, acessível na parte externa do gabinete;
- 8 Controladora de vídeo
- 8.1 Com pelo menos 8 MB de memória RAM dedicada;
- 8.2 Permitindo pelo menos 1024x768 de resolução, com cores em 16bits;
- 9 Interfaces de rede:
- 9.14 (quatro) Interfaces ethernet de 1 Gbps, suportando os

	<p>protocolos 802.3ab (gigabit ethernet) e 802.3u (fast ethernet)</p> <p>9.2 Suporte ao protocolo 802.1q (VLANs)</p> <p>9.3 Conector RJ45, conectadas diretamente na placa mãe ou por placa PCI-EX4,</p> <p>9.4 Gerenciáveis pelo protocolo SNMP</p> <p>9.5 Suporte à configuração por software</p> <p>10 Duas Interfaces para storage atendendo às seguintes características:</p> <p>10.1 Placa HBA FC 8 Gbps</p> <p>10.2 No mínimo 01 conexão de 4Gbps (quatro gigabits por segundo) auto-sense;</p> <p>10.3 No mínimo “Single Channel”;</p> <p>10.4 Barramento: PCI-E;</p> <p>10.5 Regime de OEM: a placa é fornecida instalada e configurada no servidor;</p> <p>10.6 Transferência: mínimo de 400MB/Seg Full duplex;</p> <p>10.7 Topologias Aceitas pela CVM: FC-PH-3, FC-PI-2, FC-FS, FC-AL-2, FC-GS-4, FC-FLA, FC-PLDA, FC-SP, FC-TAPE, FC-PI-4, FC-FS-2, FC-FS-2/AM1, FC-LS, FC-GS-6, FC-DA, FCP até FCP-4, SBC-3, FC-HBA, SMI-S v1.1, FC-AL, point-to-point, switched fabric, FCP-3-SCSI, FC-TAPE(FCP-2);</p> <p>10.8 Classes de Serviço: Class 2 e Class 3;</p>
<b>2</b>	<b>Qualidade / Padronização / Compatibilidade / Desempenho –</b> Unidades com perfil Banco de Dados
	<p>1 Processador:</p> <p>1.1 Duas ou mais ou mais unidades de processamento (processadores), entendendo-se por um processador como um encapsulamento físico de componente e um soquete correspondente na placa do sistema ;</p> <p>1.2 Linhas de processadores Intel XEON, AMD Opteron ou similar;</p> <p>1.3 No mínimo 6 núcleos por processador;</p> <p>1.4 Clock interno de no mínimo 2.4 GHz;</p> <p>1.5 Cache (até o L3) de no mínimo 8 Mb;</p> <p>1.6 O processador deve implementar os conjuntos de instruções de 32 bits (x86) e 64 bits (AMD64 ou EM64T);</p> <p>1.7 O processador deve implementar um extensão de instruções para suporte à virtualização por hardware (AMD-V da AMD ou VT-X da Intel);</p> <p>1.8 TDP (thermal design power) máximo de 100 W;</p>



## 2 Gabinete

2.1 Dimensões: Servidor para rack com altura até 4U;

2.2 Fontes de alimentação redundantes, removíveis com o sistema em funcionamento (hot-swap);

2.3 Ventiladores de gabinete (coolers) redundantes e adequados para a refrigeração do sistema interno do servidor na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;

2.4 02 (dois) cabos de energia fornecidos no padrão nacional (tomada NEMA 5-15P) e mais outros 02 (dois) fornecidos no padrão nacional (tomada C13/C14), todos com amperagem compatível com a potência do servidor;

## 3 Memória RAM:

3.1 Mínimo de 96 GB RAM, em módulos DDR3 com frequência de 1333 MHz;

3.2 O barramento de memória deve suportar a frequência de 1333 MHz;

3.3 No mínimo 12 slots para módulos de memória;

3.4 Expansível ao máximo de 192 GB;

3.5 A máquina deve ser entregue com a configuração de módulos de memória tal que a quantidade de slots vazios permita chegar à capacidade máxima citada no item anterior apenas com a inclusão de novos módulos, sem precisar trocar os módulos existentes.

## 4 Discos rígidos:

4.7. No mínimo dez (10) unidades SAS (Serial Attached SCSI) de no mínimo 450 GB cada uma ou oito (8) unidades de 600 GB cada uma;

4.8. Cada disco deve velocidade de rotação de no mínimo 10.000 rpm;

4.9. Controlador RAID 0,1,5 e 10;

4.10. Taxa de transferência da controladora de discos mínima de 6 Gbit/s;

4.11. Cache de no mínimo 512 MB, não volátil ou alimentado por bateria;

4.12. As unidades de disco devem ser removíveis com o sistema em funcionamento (hot-swap);

	<p>5 Três slots PCI-E, sendo pelo menos um deles X8 (PCI-E X8) e os demais pelo menos X4 (PCI-E X4). Pelo menos um slot devem ser entregue vazio (disponível), sendo um destes PCI-E X8;</p> <p>6 Pelo menos uma unidade ótica leitora de CD/DVD, com velocidades mínimas de 24x para CD e 8X para DVD;</p> <p>7 Pelo menos um conector USB 2.0 livre, acessível na parte externa do gabinete;</p> <p>8 Controladora de vídeo</p> <p>8.1 Com pelo menos 8 MB de memória RAM dedicada;</p> <p>8.2 Permitindo pelo menos 1024x768 de resolução, com cores em 16bits;</p> <p>9 Interfaces de rede:</p> <p>9.1.4 (quatro) Interfaces ethernet de 1 Gbps, suportando os protocolos 802.3ab (gigabit ethernet) e 802.3u (fast ethernet)</p> <p>9.2 Suporte ao protocolo 802.1q (VLANs)</p> <p>9.3 Conector RJ45, conectadas diretamente na placa mãe ou por placa PCI-EX4,</p> <p>9.4 Gerenciáveis pelo protocolo SNMP</p> <p>9.5 Suporte à configuração por software</p> <p>10 Duas Interfaces para storage atendendo às seguintes características:</p> <p>10.1 Placa HBA FC 8 Gbps</p> <p>10.2 No mínimo 01 conexão de 4Gbps (quatro gigabits por segundo) auto-sense;</p> <p>10.3 No mínimo “Single Channel”;</p> <p>10.4 Barramento: PCI-E;</p> <p>10.5 Regime de OEM: a placa é fornecida instalada e configurada no servidor;</p> <p>10.6 Transferência: mínimo de 400MB/Seg Full duplex;</p> <p>10.7 Topologias Aceitas pela CVM: FC-PH-3, FC-PI-2, FC-FS, FC-AL-2, FC-GS-4, FC-FLA, FC-PLDA, FC-SP, FC-TAPE, FC-PI-4, FC-FS-2, FC-FS-2/AM1, FC-LS, FC-GS-6, FC-DA, FCP até FCP-4, SBC-3, FC-HBA, SMI-S v1.1, FC-AL, point-to-point, switched fabric, FCP-3-SCSI, FC-TAPE(FCP-2);</p> <p>10.8 Classes de Serviço: Class 2 e Class 3;</p>
3	<p><b>Qualidade / Padronização / Compatibilidade / Desempenho</b> – Sistema Operacional Windows 2008 R2 64 bits Enterprise, a ser entregue instalado, com <i>drivers</i> de dispositivos configurados no servidor, juntamente com as respectivas licenças de uso, em todos os perfis de servidor ofertados.</p>
4	<p><b>Gestão de Riscos</b> – Todos os perfis de servidor ofertados deverão dispor de software de gerenciamento e monitoramento remoto de falhas e atualizações, produzido e suprido pelo próprio fabricante.</p>

5	<b>Serviços de Suporte</b> – Disponibilizar canais de contato para chamados de assistência técnica ou dúvidas do usuário por meio de site, e-mail e telefone 0800.
6	<b>Serviços de Suporte</b> – O licitante vencedor deverá assegurar à CVM, junto aos fabricantes dos respectivos produtos de software, a disponibilidade dos arquivos para reinstalação do sistema operacional, bem como dos <i>drivers</i> de dispositivos e do software de gerenciamento e monitoramento remoto de falhas e atualizações, mediante transferência direta dos respectivos sites.
7	<b>Serviços de Suporte</b> – Os canais de contato ficarão disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana. Máx. 2 horas para resposta e 8 horas para resolução final após a abertura do chamado, para 100 % dos chamados. Ver item 6.6.
8	<b>Serviço de Suporte</b> – Para todos os chamados que ultrapassarem os tempos máximos estabelecidos acima deverá ser apresentado um relatório técnico pela Contratada justificando o ocorrido.
9	<b>Gestão de Riscos</b> – O licitante deverá apresentar carta do fabricante dos produtos ofertados onde este atesta que aquele está autorizado a comercializar os produtos ofertados em território nacional, e que os mesmos são originais;
10	<b>Gestão de Riscos</b> – O licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que os servidores ofertados e todos os seus componentes são novos, de primeiro uso e estão em linha de fabricação na data de abertura das propostas;

#### 4.3 – REQUISITOS EXTERNOS

A Solução Deve Estar de Acordo Com as Seguintes Normas / Padrões / Políticas:

Id	Requisito
1	<b>Padrões de Homologação e Certificação de Qualidade de Produtos de Informática</b> – Conforme requisitos acima
2	<b>Políticas de Segurança da Informação e de Controle de Acesso</b> – Conforme normativos da CVM e do Centro de Dados do SERPRO.
3	<b>Segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos</b> – Deve ser entregue certificação comprovando que os servidores ofertados estão em conformidade com a norma IEC 60950.

#### 5 – MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / FORNECIMENTO DE BENS

##### 5.1 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DO OBJETO

Atendimento ao princípio da economicidade.

Id	Objeto	Forma de Parcelamento	Justificativa
1	Servidores de finalidades gerais	12 servidores	Menor preço unitário, observado o porte específico.
2	Servidores de bancos de dados	4 servidores	Menor preço unitário, observado o porte específico.

##### 5.2 – METODOLOGIA DE TRABALHO

Id Bem / Serviço	Forma de Execução / Fornecimento	Justificativa
1	Direto	O licitante deverá fornecer o produto licitado à CVM, em nome do fabricante, podendo somente subcontratar a terceiros, desde que credenciados pelo fabricante,

		serviços de instalação e configuração.
<b>2</b>	<b>Direto</b>	O licitante deverá fornecer o produto licitado à CVM, em nome do fabricante, podendo somente subcontratar a terceiros, desde que credenciados pelo fabricante, serviços de instalação e configuração.

<b>6 – ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO</b>				
<b>6.1 – PAPÉIS E RESPONSABILIDADES</b>				
<b>Id</b>	<b>Papel</b>	<b>Entidade</b>	<b>Id</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>1</b>	Gestor do Contrato	GST	<b>1</b>	Elaboração do Plano de Inserção da contratada
			<b>2</b>	Convocação e realização de reunião inicial
			<b>3</b>	Encaminhamento formal de Ordem de Serviço
			<b>4</b>	Encaminhamento das demandas de correção à contratada, quando houver
			<b>5</b>	Encaminhamento de indicação de sanções à SAD, quando as houver
			<b>6</b>	Autorizar à contratada a emissão de Notas Fiscais
			<b>7</b>	Encaminhamento de pedidos de alteração contratual à SAD, quando os houver
			<b>8</b>	Manutenção do Histórico de Gerenciamento do Contrato
			<b>9</b>	Encaminhar justificativa para aditamento contratual à SAD se julgado conveniente e oportuno
<b>2</b>	Fiscal Administrativo	GAL	<b>Id</b>	<b>Responsabilidade</b>
			<b>1</b>	Participar da elaboração do Plano de Inserção da contratada
			<b>2</b>	Participar da reunião inicial
			<b>3</b>	Verificação da aderência dos serviços prestados aos termos contratuais
<b>4</b>	Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica			
<b>3</b>	Fiscal Técnico	GST	<b>Id</b>	<b>Responsabilidade</b>
			<b>1</b>	Participar da elaboração do Plano de Inserção da contratada
			<b>2</b>	Participar da reunião inicial
			<b>3</b>	Avaliação da qualidade dos serviços realizados e das justificativas, quando as houver, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato.
			<b>4</b>	Identificação de não conformidades com os termos contratuais
<b>5</b>	Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica			

			<b>6</b>	Verificação da manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação
<b>4</b>	Fiscal Requisitante	GST	<b>Id</b>	<b>Responsabilidade</b>
			<b>1</b>	Participar da elaboração do Plano de Inserção da contratada
			<b>2</b>	Participar da reunião inicial
			<b>3</b>	Avaliação da qualidade dos serviços realizados e das justificativas, quando as houver, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato.
			<b>4</b>	Identificação de não conformidades com os termos contratuais
			<b>5</b>	Verificação da manutenção da necessidade, oportunidade e economicidade da contratação
			<b>6</b>	Verificação da manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação

**6.2 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

<b>Id</b>	<b>Dever / Responsabilidade</b>
<b>1</b>	Assegurar o acesso dos empregados da contratada ao ambiente de entrega, instalação e configuração dos bens fornecidos, bem como de execução da prestação dos serviços de assistência técnica em garantia;
<b>2</b>	Prestar à contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à prestação dos serviços e ao fornecimento dos bens contratados, sempre que solicitada;
<b>3</b>	Solicitar de imediato a pronta reparação ou substituição do objeto contratado, ou parte, que se apresente com defeito ou em desacordo com a especificação apresentada e aceita;
<b>4</b>	Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato;
<b>5</b>	Efetuar os pagamentos devidos nos prazos previstos;
<b>6</b>	Proporcionar à contratada as condições necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

**6.3 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

<b>Id</b>	<b>Dever / Responsabilidade</b>
<b>1</b>	Fornecer por sua conta e responsabilidade os bens, produtos e serviços conforme as especificações, níveis de qualidade e prazos contratados, e assim mantê-los por todo o período de garantia.
<b>2</b>	Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
<b>3</b>	Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes do Contrato;
<b>4</b>	Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93);
<b>5</b>	Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação, assinando o Termo de

	Compromisso correspondente quando da celebração do contrato e cobrando sua ciência e observância a todos os seus colaboradores envolvidos nos serviços prestados, mediante assinatura de Termo de Ciência. Ambos os documentos deverão estar em conformidade com o disposto na Instrução Normativa N°04, de 12 de novembro de 2010, da SLTI;
6	Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
7	Manter os técnicos responsáveis pela prestação dos serviços devidamente identificados por crachás quando em trabalho nas instalações da CVM;
8	Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
9	Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados em serviço, ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
10	Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
11	Participar das reuniões convocadas pelos responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo que, na primeira delas, deverá indicar o preposto e entregar, assinados, o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência referidos no item 5 acima.
12	Instalar, configurar e testar os bens e produtos – <i>hardware</i> e <i>software</i> – ofertados, no Centro de Dados da CVM ou de terceiro por ela indicado, assegurando que estejam em pleno funcionamento.

#### 6.4 – FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

Id	Evento	Forma de Acompanhamento
1	Reunião Inicial	Presencial ou Tele Conferência com a contratada
2	Encaminhamento de demandas	Retorno da contratada por telefone ou e-mail
3	Reunião de acompanhamento	Presencial ou Tele Conferência com a contratada

#### 6.5 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

Id	Etapa / Fase / Item	Método de Avaliação
1	Entrega dos bens	Conformidade com as especificações do edital
2	Instalação e configuração	Servidor em funcionamento
3	Assistência Técnica em garantia	Disponibilidade do canal e Tempo de resolução
4	Reporte de dúvidas do usuário	Disponibilidade do canal e Tempo de resolução
5	Atualizações de produtos de <i>software</i>	Disponibilidade do canal e tempestividade da notificação

#### 6.6 – NÍVEIS DE SERVIÇO

Id	Etapa / Fase / Item	Indicador	Valor Aceitável
1	Entrega dos bens	Conformidade técnica	Mínimo 99,5%

2	Instalação e configuração	Servidor em funcionamento	16
3	Assistência técnica em garantia	Tempo de resolução, 100% dos chamados	Máximo 2 horas para resposta e 8 horas para resolução final, a partir da abertura do chamado.
		Disponibilidade, todos os dias, 24 horas por dia	Mínimo 99%
4	Reporte de dúvidas do usuário	Tempo de resolução, 100% dos chamados	Máximo 4 horas
		Disponibilidade, todos os dias, 24 horas por dia	Mínimo 99%
5	Atualizações de produtos de <i>software</i>	Tempestividade da notificação	Máximo 24 horas
		Disponibilidade, todos os dias, 24 horas por dia	Mínimo 99%

**6.7 – ESTIMATIVA DE VOLUME DE BENS / SERVIÇOS**

Id	Bem / Serviço	Estimativa	Forma de Estimativa
1	Entrega dos bens	16 Servidores	Conforme dimensionamento
2	Instalação e configuração	16 Servidores	Conforme dimensionamento
3	Assistência técnica em garantia	5 eventos / ano	Baseada em experiência anterior.
4	Reporte de dúvidas do usuário	50 eventos / ano	Baseada em experiência anterior.
5	Atualizações de produtos de <i>software</i>	5 eventos / ano	Baseada em experiência anterior.

**6.8 – PRAZOS E CONDIÇÕES**

Id	Etapa / Fase / Item	Prazo / Condição
1	Entrega dos bens	Até 45 dias após a assinatura do contrato.
2	Instalação e configuração	Até 60 dias após a assinatura do contrato
3	Assistência Técnica em garantia	Ver Níveis de Serviço
4	Reporte de dúvidas do usuário	Ver Níveis de Serviço
5	Atualizações de produtos de <i>software</i>	Ver Níveis de Serviço

**6.9 – ACEITE, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO**

Id	Condição de Aceite
1	Conformidade e funcionamento dos bens fornecidos;
2	Avaliação dos Níveis de Serviço prestados a cada período.
Id	Condição de Alteração
1	Acréscimo ou supressão de bens licitados
Id	Condição de Cancelamento
1	Descontinuidade do uso dos produtos de <i>software</i> suportados
2	Transferência de responsabilidade dos serviços de suporte e

atualização, em razão de transferência de titularidade dos produtos e marcas suportados, ou por mudança na política de prestação desses serviços que determinem sua contratação com outras pessoas jurídicas.

#### 6.10 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Id	Etapa / Fase / Item	Condição de Pagamento
1	Entrega, instalação e configuração dos bens	Parcela única

#### 6.11 – GARANTIA

Id	Garantia
1	Suporte e manutenção no local de instalação por 5 anos.
2	Disponibilização de correção para a CVM caso a ultima atualização dos produtos de <i>software</i> apresente problemas ao uso até 30 dias após sua instalação, mesmo após o encerramento do contrato;

#### 6.12 – PROPRIEDADE, SIGILO E RESTRIÇÕES

Id	Direito de Propriedade
1	Os produtos e marcas objeto do presente Termo de Referência permanecem sob a titularidade de seus fabricantes / distribuidores por toda a extensão do período de duração do contrato, nos termos da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Id	Condição de Manutenção de Sigilo
1	A CVM e a empresa contratada assumem mútuas obrigações de sigilo por intermédio de Termo de Compromisso estabelecido em alinhamento com a Instrução Normativa N° 04, de 12 de novembro de 2010, da SLTI.

Id	Restrição
1	Sem restrições adicionais.

#### 6.13– MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

<b>Função de Com. 1:</b>	Quaisquer questões administrativas durante a execução do contrato, de cunho mais formal;			
<b>Documento</b>	<b>Emissor</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Meio</b>	<b>Frequência</b>
Ofício	Contratante / Contratada	Contratada / Contratante	Correio	Eventual
<b>Função de Com. 2:</b>	Questões administrativas cotidianas durante a execução do contrato;			
<b>Documento</b>	<b>Emissor</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Meio</b>	<b>Frequência</b>
Mensagem eletrônica (e-mail)	Contratante / Contratada	Contratada / Contratante	Internet	Eventual
<b>Função de Com. 3:</b>	Apresentação dos serviços prestados com vistas à sua avaliação.			
<b>Documento</b>	<b>Emissor</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Meio</b>	<b>Frequência</b>
Relatório de serviços prestados	Contratada	Contratante	Correio / Internet	Mensal
<b>Função de Com. 4:</b>	Apresentação dos serviços prestados com vistas à sua quitação.			
<b>Documento</b>	<b>Emissor</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Meio</b>	<b>Frequência</b>
Nota Fiscal e Fatura	Contratada	Contratante	Correio /	Mensal



ou Nota Fiscal e Boleta Bancária			Internet	
----------------------------------	--	--	----------	--

**7 – ESTIMATIVA DE PREÇO**

Id	Bens / Serviço	Valor Estimado
1	Servidores com perfil genérico (12 unidades)	R\$ 665.438,72
2	Servidores com perfil de bancos de dados (4 unidades)	R\$ 261.589,22
<b>Total:</b>		<b>R\$ 927.027,94</b>

**8 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****8.1 – FONTE DE RECURSOS**

Id	Valor	Fonte (Programa / Ação)
1	R\$ 927.027,94	PLOA/2011: Programa 0778 - Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários; Ação 2210 – Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários; <u>Rubrica: Aquisição de Servidores</u>
		<b>= Total R\$ 927.027,94</b>

**9 – SANÇÕES APLICÁVEIS**

Id	Ocorrência	Sanção
1	Inexecução total/parcial do contrato	Advertência
		Multa de até 20% do valor do contrato
		Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até dois anos
2	Descumprimento de prazos estabelecidos	Multa diária de 0,5% do valor do contrato
		Rescisão unilateral do contrato pela CVM
3	Inadimplência quanto ao pagamento de multas aplicadas pela CVM	Inclusão da contratada no CADIN, cf. Lei 6.830/80

**10 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****10.1 – PROPOSTA TÉCNICA****10.1.1 – Organização**

Id	Item	Descrição
1	N/A	Cf. Objeto – Pregão Eletrônico – menor preço

**10.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA****10.2.1 – Requisitos de Capacitação e Experiência**

Id	Papel	Id	Requisitos
1	N/A	1	Cf. Objeto – Pregão Eletrônico – menor preço
		2	

**10.3 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO****Caracterização da Solução de Tecnologia da Informação**

Aquisição de 16 servidores, com garantia de 5 anos, em atendimento a novos sistemas a serem implantados na CVM no período 2011 a 2012. Os servidores serão instalados no datacenter contratado pela CVM no SERPRO, sendo 4 deles com capacidade para alocação como servidores de bancos de dados.

**Licitação/Contratação**

<b>Modalidade:</b>	Pregão			<b>Tipo:</b>	Eletrônico
<b>Justificativa:</b>	Será utilizado o procedimento usual de pregão, não havendo motivo que justifique outra forma de aquisição.				
<b>Justificativa para Aplicação do Direito de Preferência Lei Complementar nº 123/06 e Lei nº 8.248/91</b>					
Não aplicável.					
<b>Id</b>	<b>Critério de Habilitação</b>	<b>Justificativa</b>			
1	Solvência	A empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que estejam em gozo de benefício da concordata ou que tenham requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005 não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
2	Idoneidade	A empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal, bem como a empresa que estiver inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme Portaria nº 516, de 15 de março de 2010, do Ministério do Controle e da Transparência, não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
3	Fé pública	A empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
4	Singularidade	A empresa constituída em forma de consórcio não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
5	Nacionalidade	A empresa ou sociedade estrangeira não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
6	Isenção	A empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico qualquer servidor da CVM, não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
7	Regularidade legal	A empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
8	Imputabilidade	Cooperativas não poderão ser contratadas para as finalidades do presente Termo.			
<b>Id</b>	<b>Critério Técnico Obrigatório</b>	<b>Justificativa</b>			
1	Representatividade	A empresa que não for credenciada pelo fabricante/distribuidor para fornecimento dos bens e prestação dos serviços objeto da presente contratação no território nacional, não poderá ser contratada para as finalidades do presente Termo.			
<b>Id</b>	<b>Critério Técnico Pontuável</b>	<b>Pontuação</b>	<b>%</b>	<b>Justificativa</b>	
1	Não aplicável	1	100	Aquisição pelo menor preço.	

<b>Total =</b>		<b>1</b>	
<b>Id</b>	<b>Critério de Aceitabilidade de Preços Unitários e Globais</b>	<b>Justificativa</b>	
<b>1</b>	Compatibilidade com os preços praticados na Administração Pública.	Art. 15, Inciso V da Lei 8.666/93: As compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.	
<b>Id</b>	<b>Critério de Julgamento</b>	<b>Justificativa</b>	
<b>1</b>	Menor preço	Bens e serviços disponíveis no mercado através de diversos fornecedores com presença mundial, podendo ser considerados como <i>commodities</i> .	

<b>CIÊNCIA</b>		
<b>Integrante Técnico</b>	<b>Integrante Requisitante</b>	<b>Integrante Administrativo</b>
<p>_____</p> <p><i>Norton Gaeta</i></p> <p><b>Mat.:</b> 01482294</p>	<p>_____</p> <p><i>A. C. Vilarinhos Jr.</i></p> <p><b>Mat.:</b> 01482294</p>	<p>_____</p> <p><i>Andricia Bevace</i></p> <p><b>Mat.:</b></p>
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2011		

Encaminha-se à GAL para abertura de processo administrativo objetivando iniciação de procedimento de contratação por pregão, segundo art. 38 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.